

HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP

CNPJ - 26.866.478/0001-92

À

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS DA PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI-AP.

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
PROTOCOLO GERAL
PROCESSO Nº 8.16
DATA: 22/03/21 HS: 10:49
Claudianus Bara
FUNCIONÁRIO

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

REF: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021-CPLCSO/PMVJ.

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa".

Hely Lopes Meireles.

H.C. DA COSTA E CIA LTDA-EPP, devidamente cadastrada no CNPJ sob o número 26.866.478/0001-92, estabelecida a Travessa Duque de Caxias nº 21, bairro Jardim Paraíso, Cidade de Porto de Moz, Pa. CEP 68.330.000, por seu representante, Senhor PAULO JORGE MONTEIRO LOBO, brasileiro, divorciado, Arquiteto e Urbanista e Bacharel em Direito, portador da carteira de identidade 082.074- AP, CPF 099.105.652-34, residente e domiciliado na Avenida Pedro Ladislau da Silveira nº 2549-B, bairro São Pedro, Cidade de Vitória do Jari, Estado do Amapá CEP 68924.000, nos termos do art. 109, I, 'a' da Lei nº 8.666/93 vem tempestivamente a presença de Vossa Senhoria interpor



HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP

CNPJ - 26.866.478/0001-92

RECURSO ADMINISTRATIVO POR INABILITAÇÃO DA RECORRENTE NA LICITAÇÃO - "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021-CPLCSO/PMVJ.

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir articuladas:

DA TEMPESTIVIDADE.

A publicação do ato administrativo que versa sobre a inabilitação da recorrente ocorreu em 17.03.2021, a quando da divulgação do resultado da fase de habilitação, conforme consta da Ata da seção assinada pelos licitantes presentes. Hoje decorrem dois dias da notificação, portanto é tempestivo o recurso ora proposto.

I - DOS FATOS SUBJACENTES.

Em atendimento ao Processo Licitatório em epígrafe, a recorrente veio participar com a mais estrita observância dos ditames editalícios. No entanto, foi surpreendida com a decisão da Douta Comissão em inabilitá-la sem que a recorrente tenha infringido os preceitos do instrumento convocatório conforme veremos a seguir.

Aduz a Douta comissão de Licitação ter à recorrente incorrido em descumprimento de exigências editalícias, em especial a AUSENCIA DO BALANÇO PATRIMONIAL 2019, (item 7.4 do edital) bem como AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (item 7.9).

DAS ALEGAÇÕES:

1 - QUANTO A AUSENCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL.

A licitante S.A.CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP, induziu de forma maldosa a Douta comissão a erro quando atribuiu a esta recorrente a falha de não ter apresentado o BALANÇO PATRIMONIAL EXIGÍVEL.

Nobre Julgadora, A afirmação da licitante acusadora não merece guarida. Observa-se no Hall de documentos apresentados por esta recorrente que o BALANÇO PATRIMONIAL 2019. Numerado de 01 até 95 (TERMO DE ABERTURA (PAG.01) E TERMO DE ENCERRAMENTO (PAG 95)).

O balanço da recorrente está registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ, e disponível no endereço eletrônico, <http://regim.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>. Chancela 165732455554. E por se tratar de documento amparado pela Lei das Chaves públicas poderá ser consultado pela Douta Comissão.

Vejamos

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a



HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP

CNPJ - 26.866.478/0001-92

integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras

Portanto, resta-se caracterizado que o pedido de impugnação pelo item apontado é totalmente desprovido de respaldo legal, devendo a Douta comissão julgar improcedente tal apontamento.

2 - QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

A licitante S.A.CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP, levantou o questionamento quanto a capacidade técnica da recorrente, sem, no entanto esclarecer pormenorizado seu intento.

A recorrente apresentou sua inscrição no Conselho de Classe, apresentou ainda a documentação dos técnicos de nível superior etc.

A Douta Comissão de Licitação, ao elaborar o presente Edital de Licitação, no intuito de cumprir o que preconiza o art. 3 da Lei 8.666/93. (escolha da proposta mais vantajosa para a Administração).

Elaborou o quesito QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, atendo-se a:
Item 7.9.3 - CAPACITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL.

Vejamos o que diz o EDITAL

Quanto a capacitação técnico-operacional apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Vejamos o que diz a Lei específica

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:



HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP

CNPJ – 26.866.478/0001-92

instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (Grifo nosso).

Portanto, a omissão ou a intenção da Douta Comissão de Licitação abre precedente para a não comprovação das parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo.

A recorrente, apresentou dentre seu corpo técnico o Arquiteto e Urbanista PAULO JORGE MONTEIRO LOBO, e juntou seu acervo técnico devidamente registrado no conselho de arquitetura e Urbanismo conforme abaixo

ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO Nº 216522, EMITIDO EM 15.06.2015 chave de impressão 1AC04D3ZWZ0D9WYA64CD.

Neste acervo pode se verificar a existência de

CONCRETO ARMADO FCK 20MPA = 184,89m³

ARMAÇÃO EM Aço CA50 = 12.792,87kg.

FORMA de madeira = 2.702,32m².

ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO Nº 549021- EMITIDO EM 16.12.2019, Chave de impressão WZ435Z56ZB231A68DBD2.

Neste acervo pode se verificar a existência de:

-CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=25MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO.= 52,49M³

- PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM = 2.819,24M²

- FORMA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA 12MM = 1.501,50M²

- ARMAÇÃO DE AÇO CA 50 - DIAM 6.3MM (1/4) A 12,5MM (1/2") = 4.199,00KG

- EXECUÇÃO DE CIMBRAMENTO PARA ESCORAMENTO DE FORMAS DE ELEVADAS DE MADEIRAS (LAJES E VIGAS) ACIMA DE 3,30M = 4.504,50M³.

As obras objeto da extração dos quantitativos acima foram

Construção de Ginásio poliesportivo, um bloco de Laboratórios e Muro do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP - Campus Laranjal do Jari. = 2.236,00m² e,

Construção da segunda etapa do Ginásio Poliesportivo do Campus Macapá do instituto Federal do Amapá - IFAP.= 3.555,00m²

Portanto, verifica-se que as obras em concreto armado acima citadas sob a responsabilidade do Arquiteto detentor dos acervos técnicos supra mencionados são de complexidade superior a da construção do objeto da



HC DA COSTA E CIA LTDA-EPP

CNPJ - 26.866.478/0001-92

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Ao fazer um paralelo entre a exigência do Edital e a Lei, vislumbra-se com clareza solar que a Douta Comissão pretende com seu Instrumento Convocatório abrir um leque de competição amplo e com isso chegar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, deixando de complementar seu edital com a inclusão do texto do parágrafo segundo do mesmo art.

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no

